

Elisa Lessa
Pedro Moreira
Rodrigo Teodoro de Paula
COORDENAÇÃO

Ouvir e escrever

PAISAGENS SONORAS

Abordagens teóricas e (multi)disciplinares



OUVIR E ESCREVER AS PAISAGENS SONORAS

Abordagens teóricas e (multi)disciplinares

ORGANIZAÇÃO

Elisa Lessa

Pedro Moreira

Rodrigo Teodoro de Paula

UNIVERSIDADE DO MINHO
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

BRAGA 2020

Título | OUVIR E ESCREVER AS PAISAGENS SONORAS – ABORDAGENS TEÓRICAS E (MULTI)DISCIPLINARES

Coordenação científica | Elisa Lessa . Nuno Fonseca . Pedro Moreira . Rodrigo Teodoro de Paula

Edição | Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)

- Grupo de Investigação em Estudos Artísticos (GIARTES) – Núcleo de Investigação em Música (NIM)

Coordenação editorial | Elisa Lessa . Pedro Moreira . Rodrigo Teodoro de Paula

Grafismo e paginação | Ana Amorim

Capa | “Menino a tocar *shofar* montado em pássaro”. Braga, Jardim Formal do Museu dos Biscainhos, séc. XVIII.
“O Jardim da Casa dos Biscainhos é um dos testemunhos mais expressivos do jardim Barroco, com notáveis introduções em estilo Rococó, que sobreviveram em Portugal. A fonte é uma das quatro fontes laterais do jardim formal e encontra-se no lado sudoeste. Tanto a fonte do terreiro como a central do Jardim formal serão de autoria do arquiteto André Soares (1720-1769)”. J.Filipe Ferreira, Coordenador do Serviço Educativo e Mediação Cultural do Museu dos Biscainhos. Foto de A. Amorim

Publicação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência UIDP/00305/2020)

Apoio | Câmara Municipal de Braga

Impressão | Gráfica Papelmunde

Nota dos editores: Os direitos de utilização das imagens são da responsabilidade dos autores.

Depósito Legal
ISBN 978-972-8063-68-9
Outubro de 2020

HENRIQUE GALVÃO, A EMISSORA NACIONAL E A CONSTRUÇÃO SONORA DA NAÇÃO NOS ANOS 30

PEDRO MOREIRA

Universidade do Minho

A radiodifusão teve um papel fundamental na configuração moderna das paisagens sonoras a um nível internacional, nacional e local. Não por acaso, Schafer (1994/1977), um dos autores de referência acerca das paisagens sonoras, dedica alguma da sua atenção à análise da rádio e da programação radiofónica com destacado interesse¹. Refere sobre a rádio que esta se tornou no “bird-song of modern life,” (Schafer, 1994/1977, p. 93), povoando os mais diversos cenários com novos sons mediados e preenchendo uma nova paisagem sonora.

O modo como os regimes autoritários utilizaram a radiodifusão como meio fundamental para emitir a sua propaganda (e.g.: Ragnedda, 2014; Murelaga, 2010; McCann, 2004) contribuiu para a criação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) na qual os indivíduos sentiam fazer parte de algo, como refere, por exemplo o estudo de Birdsall (2012) intitulado *Nazi Soundscapes: Sound, Technology and Urban Space in Germany, 1933–1945*. No caso alemão, como refere Brian Currid (2006), a rádio teve um papel importante na criação do “som icónico” da voz exaltada de Hitler e do som das multidões ruidosas nas paradas e manifestações populares”, transmitindo a força e entusiasmo da propaganda.

No caso português, diversos estudos sobre a Emissora Nacional (EN) no período em apreço (Ribeiro, 2005, 2007; Santos, 2004) têm revelado a centralidade da rádio do Estado na sua dimensão propagandística, demonstrando uma multiplicidade de assuntos que colocam esta instituição na relação com outros organismos do Estado Novo, com os seus vários intervenientes e espaços de intervenção. Outros estudos (Silva, 2005; Silva & Moreira, 2010; Moreira, 2012) procuraram analisar de que modo as políticas específicas para a música na Emissora Nacional se encontravam ancoradas nos objetivos gerais do Estado Novo e nos perfis específicos dos diferentes diretores da rádio pública, assim como nas possibilidades tecnológicas de radiodifusão. A este propósito, como abordado noutra publicação (Silva & Moreira, 2010), e sintetizado por Nuno Domingos e Victor Pereira a propósito da Emissora

¹ Segundo Schafer: “The three most revolutionary sound mechanisms of the Electric Revolution were the telephone, the phonograph and the radio. With the telephone and the radio, sound was no longer tied to its original point in space; with the phonograph it was released from its original point in time. The dazzling removal of these restrictions has given modern man an exciting new power which modern technology has continually sought to render more effective.” (Schafer, 1977/1994, p. 89).

Nacional: “A concepção de uma prática cultural ideológica dependia das virtudes e defeitos de um meio de comunicação que possuía uma projecção popular sustentada em gostos sedimentados” (Domingos & Pereira, 2010, p. 25). Ou seja, se por um lado importa olhar para a Emissora Nacional como uma das mais importantes instituições de propaganda do Estado Novo, importa, por outro perceber de que forma os seus intervenientes lidaram com as diferentes contingências, resistências e contradições à concretização de um plano ideológico.

Opto assim por utilizar a expressão “construção sonora da nação” com o intuito de evidenciar que, no caso da Emissora Nacional, essa “construção” dependeu de múltiplos fatores, atores, contingências, que concorrem para uma narrativa histórica em torno de uma ideia de “Nação” que foi amplamente instrumentalizada e mediada com objetivos políticos bem delineados no quadro do Estado Novo (Rosas, 2001, 2019). Esse domínio simbólico, a “comunidade imaginada”² (Anderson, 1983) a que se chama Nação, ganha com a radiodifusão novas possibilidades de disseminação e circulação, de produção e receção, que visa criar uma unidade identitária (Hilmes, 2012). A dimensão da afirmação identitária da Nação passou a ser fundamental na radiodifusão nos contextos autoritários ao oferecer a disseminação de conteúdos que forneciam aos ouvintes a sensação de “testemunho” de um evento e uma experiência de identidade coletiva (Birdsall, 2012, p. 109). O potencial da radiodifusão enquanto instrumento potenciador de uma unidade cultural nacional foi assim usado como modo da nação encontrar a sua voz através da nova tecnologia (Hilmes, 2012, pp. 353-355).

O presente capítulo pretende assim abordar quais os principais elementos que terão contribuído para a construção sonora da Nação na Emissora Nacional, durante a liderança de Henrique Galvão, contemplando algumas das contingências políticas, tecnológicas e programáticas do contexto português. São várias as questões colocadas que contribuíram para o desenvolvimento da presente pesquisa, nomeadamente: Qual a missão política da EN e a sua articulação com os valores do Estado Novo? Qual a importância de Henrique Galvão na definição das linhas gerais da construção sonora da nação? Quais as principais contingências políticas e tecnológicas que condicionaram a sua ação? Qual a importância da voz de Salazar na EN através dos seus discursos? De que forma foram criados programas destinados a públicos específicos que utilizavam a música para atingir fins políticos e ideológicos?

Para uma melhor organização do texto, optei por focar 4 temas. Com o primeiro tema pretende-se apresentar as grandes linhas gerais da orientação política e programática da EN nos anos 30, procurando depois perceber através de alguns exemplos, os elementos que marcaram o período e que constituíram desafios para o estabelecimento de uma rádio estatal no quadro do Estado Novo. As linhas gerais da política para a EN no período em apreço servirão para perceber como se concretizou o plano de Galvão, sublinhando em particular as dificuldades técnicas que

² Para o autor a nação é uma “imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign...It is imagined because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion” (Anderson, 1983, p. 6).

interferiam diretamente com o seu projeto, ou seja, com a afirmação da Emissora Nacional em Portugal, mas também no mundo e em particular na emissão para o Império Colonial, contemplando as dimensões programáticas e tecnológicas. O terceiro tema, inspirado em algumas questões suscitadas por Currid (2006) e por Birdsall (2012) em torno da importância da voz do líder e das celebrações na definição das paisagens sonoras na relação com a rádio, procura uma aproximação ao papel de Salazar e dos seus discursos mediados pela EN, assim como algumas celebrações significativas. O último tema tem na relação entre rádio, música e público o seu mote, aprofundando o modo como a EN procurou, neste período, popularizar-se junto dos operários, exercendo a função educadora do “bom gosto” almejada por Galvão, onde também se jogava a inculcação dos valores e ideários do Estado Novo, junto da população em geral e dos trabalhadores em particular.

Henrique Galvão e a Emissora Nacional nos anos 30

A EN foi fundada oficialmente a 4 de agosto de 1935 com a presença do chefe de estado e do Ministro das Obras Públicas e Comunicações Duarte Pacheco (1899-1943)³ (*Diário de Lisboa*, 4 de agosto de 1935). A nova Comissão Administrativa era liderada por Henrique Galvão (1895-1970)⁴ e contava com a colaboração de um vogal comercialista e um vogal técnico, nomeadamente Pires Cardoso (1904-1990)⁵ e Manuel Bívar (1906-1993),⁶ este último responsável técnico na anterior administração.

Em rigor, a Emissora Nacional começara as sessões experimentais em 1933, apresentando já em 1934 uma atividade de programação regular lançada pela Comissão Administrativa liderada por António Joyce (1888-1964),⁷ a qual incluía o Eng. Manuel Bívar (1906-1993) no cargo de Diretor Técnico e Jorge Braga como diretor financeiro. Como abordado noutro trabalho (Moreira 2012), a aposta de

³ Duarte Pacheco era Engenheiro Electrotécnico formado no Instituto superior Técnico, onde viria a leccionar nos anos 20. Foi nomeado Ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1932, cargo que ocupou até à sua morte em 1943. Acumulou esta função com a de presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Foi um dos principais impulsionadores e organizadores da Exposição do Mundo Português e responsável pelas mais significativas obras públicas do regime (cf. Rodrigues & Pereira 1996, pp. 710-711).

⁴ Para uma síntese biográfica de Henrique Galvão ver Farinha (1996, pp. 378-379).

⁵ José Pires Cardoso foi diretor Administrativo da EN entre 1935 e 1945. Ocupou diversos cargos durante o Estado Novo e foi Procurador à Câmara Corporativa por nomeação do Conselho Corporativo. (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira 1945, p. 951, vol. 21; atualização de 1981, p. 262, vol. 9).

⁶ António Manuel Santiago Barjona de Freitas Weinholtz Bívar cursou engenharia no Instituto Superior Técnico, especializando-se depois em Radiotelegrafia em Nova Iorque. Integrou os quadros da Administração Geral dos Correios e Telégrafos em 1933. Desde a inauguração da Rádio Pública que desempenhou a função de diretor técnico da EN, da qual foi presidente da direção desde 02/02/1974 até ao afastamento compulsivo em 08/06/1975. Coordenou ainda várias equipas de estudo para a expansão da radiodifusão em Angola e Moçambique (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, atualização de 1981, p. 270, vol. 2).

⁷ António Joyce foi presidente da Comissão Administrativa de EN entre 1934 e 1935. Foi compositor, musicólogo e regente de orfeões. Ao longo do seu percurso profissional, ocupou cargos públicos como o de Governador Civil de Bragança, Secretário-geral do Governo Civil de Lisboa, e secretário particular do Presidente da República Teixeira Gomes. (Brissos, 2010, pp. 664-665).

António Joyce no desenvolvimento artístico, com a criação de múltiplas orquestras,⁸ teve um impacto financeiro considerável, levando Couto dos Santos (1896-197),⁹ administrador da Administração dos Correios e Telégrafos a intervir no sentido de reequilibrar as contas.

Também no nível político, ainda antes da inauguração oficial, levantam-se algumas vozes, principalmente a de António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, que questionavam qual a missão política da Emissora estatal no quadro do Estado Novo. Neste ponto, com a intervenção de António de Oliveira Salazar (1889-1970), seria nomeado um seu ex-aluno de Coimbra, Fernando Homem Cristo (1900-1995) para garantir que a EN, na parte falada, estava alinhada ideologicamente com os pilares do regime. A EN encontrava-se assim, em 1934, no seu primeiro ano de atividade, no epicentro de uma discussão acerca da sua dimensão política e de como a colocar em marcha, sendo que, dada a relevância de figuras como Duarte Pacheco e de Couto dos Santos junto de Salazar, seria certo de que esta não poderia ser entregue nas mãos de António Ferro e do Secretariado de Propaganda Nacional (Moreira, 2012, pp. 40-46). Perante as críticas à situação financeira da EN e à (questionável) liderança, era preciso nomear um homem que representasse inquestionavelmente os valores do Estado Novo, que reequilibrasse as finanças da rádio estatal e lançasse este meio de comunicação e de propaganda como um “soldado” da revolução nacional (*Boletim da Emissora Nacional n.º 1*, agosto de 1935).

O perfil de Henrique Galvão adaptava-se, em vários aspetos, ao que Salazar e Duarte Pacheco esperavam do novo diretor da Emissora Nacional. Militar de destaque, alcançou o respeito de vários membros do regime com a governação da província de Huíla, em Angola (1928-29), a representação de Portugal no Congresso Colonial de Paris em 1931, nas grandes realizações propagandísticas que constituíram as Feiras Coloniais de Luanda e de Lourenço Marques (1932) e a I Exposição Colonial (1934) no Porto, da qual foi diretor. A sua escolha foi, por isso, tomada tendo em conta tratar-se de um dos homens mais influentes na propaganda do Estado Novo, a par de António Ferro.

O discurso adotado pela nova direção deixava claro que a Emissora Nacional havia entrado numa nova fase da sua vida, na qual a “ordem” e a “serenidade” do Estado Novo deveriam ser marcos indiscutíveis. De acordo com o *Boletim da Emissora Nacional*, era esperado que também na rádio do estado, a par de outras instituições públicas coevas, se cumprisse “[...] com aquela ordem e serenidade, aquele método e segurança que têm caracterizado a vida e a atividade das mais notáveis realizações do Estado Novo” (*Boletim da Emissora Nacional N.º 1*, agosto de 1935). O novo decisor tinha presente, no seu discurso que a missão e vocação da EN era eminentemente política, cultural e representava um “instrumento político de largo alcance” como difusor, ao serviço da nação, do ideário do regime.

⁸ O modelo inicial de organização, em vigor entre 1934 e 1935, previa 6 agrupamentos dirigidos pelos respetivos maestros, nomeadamente, a Orquestra Sinfónica – Pedro Freitas Branco, a Orquestra Sinfónica mais pequena (sic) – Wenceslau Pinto, Orquestra de Salão – Lopes da Costa, Orquestra de Câmara- Ivo Cruz, 2 Septiminos – Flaviano Rodrigues e Luís Barbosa.

⁹ Luís d’Albuquerque Couto dos Santos, engenheiro e professor da Universidade do Porto. Foi Administrador Geral dos Correios Telégrafos entre 1933 e 1965 (*Boletim do Clube Filatélico de Portugal N.º 284*, abril de 1976).

Tem este estabelecimento uma grande missão a cumprir: instrumento político de largo alcance, centro de distribuição de certos elementos de cultura importante, agente de recreio espiritual para o povo e para as castas de escol, mecanismo de expansão no mundo de ideias e ideais portugueses- não pode deixar de ser, ao serviço da Nação, um organismo de alta importância, cuja actividade merece as maiores atenções¹⁰.

A ação da nova comissão teve reflexo logo nas primeiras *Ordens de Serviço* internas da Emissora Nacional, onde, como modo de controlar o despesismo criticado por Couto dos Santos, Galvão exigiu contenção orçamental através de um sistema de pedido de despesa centralizado na administração. A medida teve efeitos imediatos, conduzindo ao corte na despesa em todas as secções da EN, com especial enfoque na parte musical, incluindo as orquestras radiofónicas e outras estruturas musicais, assim como a dispensa de algumas figuras relevantes do meio musical contratadas pela anterior administração¹¹. Nos poucos meses de atividade, a nova administração orgulhava-se de ter remodelado significativamente alguns dos sectores que considerava mais críticos da rádio estatal,

[...] j)- organizou em novos moldes três agrupamentos orquestrais: a Orquestra sinfónica; a Orquestra Portuguesa; a orquestra de Salão- com os elementos necessários para se constituírem orquestras de câmara e outros agrupamentos, sempre que as disponibilidades financeiras o permitam [...] k)- Organizou concertos por bandas militares do Exército, Marinha e Guarda Republicana [...] q)- Criou as emissões de music-hall [...] r)- Adquiriu numerosas partituras e dois mil discos, dos quais 45% de música de Concerto. [...] t)- adquiriu um gravador de discos [...] v)- Comprou instrumentos de música que faltavam na orquestra, no valor de cem mil escudos. x)- Organizou os arquivos de música e discos. y)- Deu dois concertos públicos gratuitos no Teatro Nacional e nas ruínas do Mosteiro do Carmo¹².

A organização das estruturas musicais e colaborações em novos moldes com impacto nas emissões não constituíram as únicas mudanças da vocação “artística” da EN. Era necessário, na opinião dos decisores, um incremento de ações que incentivassem a composição, o surgimento de agrupamentos musicais e mais concertos no exterior através de parcerias com sociedades de concertos. Nesta perspetiva, Henrique Galvão propunha:

Abertura de concursos de música portuguesa, poesia portuguesa e de bandas [...] Concursos entre organizações musicais populares [...] Concêrtos públicos pela Orquestra Sinfónica e pela Orquestra Portuguesa [...] Concêrtos de música de câmara sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco [...] Estabelecimento duma colaboração íntima com a Sociedade de Concêrtos [...] organização de espectáculos de ópera¹³.

¹⁰ *Boletim da Emissora Nacional* n.º1, agosto de 1935.

¹¹ Henrique Galvão dispensou Rui Coelho, responsável pela Secção Musical Portuguesa, e também o maestro Ivo Cruz. O primeiro reagiu numa carta a Salazar, considerando tratar-se de uma clara acção “desnacionalizante” contra aquele que internacionalmente era já conhecido (segundo o próprio) como o “chefe do Nacionalismo Musical Português” (ANTT/AOS/CO/OP/pt. 4).

¹² *Boletim da Emissora Nacional* n.º1, agosto de 1935.

¹³ *Boletim da Emissora Nacional* n.º1, agosto de 1935.

Em 1936 a reestruturação atingiu os Serviços de Produção, que ficaram sob a alçada direta do Presidente da Comissão Administrativa. Também a parte política, um dos assuntos mais delicados no âmbito da ação propagandística da EN, foi entregue a um “Consultor Político”, cujas competências gerais incluíam “[...] censurar e orientar toda a matéria que tiver interesse público, especialmente o noticiário e as palestras políticas” (*Ordem de Serviço* N.º 90. 21 de fevereiro de 1936). A reorganização dos serviços internos foi um dos procedimentos com maior impacto na anterior orgânica da EN, nomeando na mesma data “Junto da Secção de Cultura Geral, um consultor Literário; Junto da Secção Musical um consultor de música gravada; Junto da Divisão técnica, um inspector de programas” (*Ordem de Serviço* N.º 90. 21 de fevereiro de 1936). As nomeações revelavam um rumo administrativo no sentido do controlo não apenas da matéria orçamental, como no estabelecimento de funções institucionais que permitissem a expansão radiofónica desejada ao realçar o alinhamento ideológico com o Estado Novo: “[...] é proposto de quem nesta casa serve e trabalha cumprir [...] a missão que lhe foi ditada por uma política da Nação, para bem da Nação e com os olhos postos na Nação” (*Ordem de Serviço* N.º 90. 21 de fevereiro de 1936).

Estavam assim lançadas as condições necessárias para que a administração liderada por Henrique Galvão se empenhasse na resolução de várias medidas de âmbito estruturante tendo em vista um maior controlo sobre a despesa e, consequentemente, sob o deficit, enquadrando a acção da EN nos valores de “ordem” e “rigor” que o nacionalismo e o patriotismo exigiam. Com base neste “alinhamento”, Henrique Galvão definiria as linhas programáticas para a EN, reforçando a componente política de exaltação da nação, e do império, em linha com Salazar, e tornando a propaganda do regime mais presente nas emissões radiofónicas.

Radiodifusão para a Nação e para o Império

O plano radiofónico de Galvão pretendia a afirmação da nação e do império, o que implicava, como veremos, superar alguns problemas tecnológicos. A presença do Estado Novo no quotidiano dos portugueses residentes em território nacional e nas colónias deveria constituir o elemento central das principais instituições do regime. Como refere o historiador Fernando Rosas:

O propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de “essencialidade portuguesa”, transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumira ao encerrar o “século negro” do liberalismo e a partir da qual se tratava de “reeducar” os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial¹⁴.

O historiador propõe um conjunto de “mitos ideológicos fundadores”¹⁵ do Estado Novo que, com veremos, são fundamentais para um melhor entendimento

¹⁴ Rosas, 2001, p. 1034.

¹⁵ Fernando Rosas define 7 mitos fundadores: o mito palingenético, ou seja de uma regeneração e renascimento nacional; o mito do nacionalismo; o mito imperial; o mito da ruralidade; o mito da pobreza honrada; o mito da ordem corporativa; o mito da essência católica da identidade nacional (Rosas, 2001). A propósito dos mitos fundadores ver também Rosas (2019, pp. 160 e segs.).

da definição de algumas linhas de ação da Emissora nacional, em particular o mito do nacionalismo, ou seja “O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica”; e o mito imperial, que assentava no “dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável” que assumia claramente a “vocação imperial da nação” (Rosas, 2011, pp. 1034-1035). A perspectiva de Tim Edensor pode ser-nos útil no modo como olhamos para a construção da nação na sua relação com o quotidiano, em particular no caso dos nacionalismos, os quais procuram criar “the illusion that the nation is somehow a natural entity, rather than a social and cultural construct” (Edensor, 2004, p. 1). O modo como a rádio se poderia tornar num inestimável contributo para essa “ilusão” que pretende tornar a nação numa “entidade natural” estava presente no discurso oficial:

A sua influência na vida dos povos e em todos os sectores da vida social, na ordem cultural e na ordem política, na ordem social e na ordem espiritual e artística  , presentemente, vastíssima, e será cada vez maior pelos seus aperfeiçoamentos e progressos t cnicos¹⁶.

Por isso, a emissão e receção da rádio estatal, enquanto poderoso instrumento de propaganda, preocupava Henrique Galvão e Duarte Pacheco a diversos níveis. Na cobertura do território nacional, havia várias questões por resolver, que se prendiam com as interferências de ondas de estações emissoras estrangeiras, a fraca potência dos emissores instalados, a qualidade da transmissão e receção do sinal, e o n.é de aparelhos recetores disponíveis para a população. Estes fatores, como veremos, marcaram o trabalho que Galvão queria desenvolver na rádio estatal, na promoção da unidade nacional, de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) que tivesse acesso a este empreendimento tecnológico e propagandístico.

Um dos primeiros problemas a resolver prendia-se com as limitações tecnológicas que provocavam a fraca cobertura do território nacional, o que conduzia a uma melhor receção, em alguns locais de Portugal de rádios espanholas com emissores mais potentes. A indignação sobre o assunto foi expressa por Duarte Pacheco numa carta a Salazar em 1936, na qual considera o assunto uma verdadeira “vergonha nacional”¹⁷, pois tal situação não era compatível com os desígnios de uma emissora verdadeiramente nacional. Também Couto dos Santos, percebendo que a situação de cobertura era complexa, elaborou um *Plano da Radiodifusão Nacional* que procuraria, em três fases, resolver a situação, apesar de não ter sido executado (*Rádio Semanal*, 1 de junho de 1935)¹⁸. O assunto seria retomado em 1940, com o reforço da potência de vários emissores e a abertura de emissores regionais que garantiam a

¹⁶ *Boletim da Emissora Nacional N.  1*, agosto de 1935

¹⁷ Cf. Carta de Duarte Pacheco a Salazar, 19/06/1935. ANTT/AOS/CO/OP/7/pt.4

¹⁸ O reforço efetivo de potência implicava um investimento avultado em material para a construção dos novos emissores. Neste sentido, como refere Nelson Ribeiro: “este projecto revelava-se demasiado ambicioso para o regime de Oliveira Salazar, que, apesar das ideias e da força de vontade homens como Ferro e Galvão, estava pouco interessado em disponibilizar verbas avultadas para qualquer das indústrias culturais” (Ribeiro, 2005, pp. 118-9).

retransmissão dos programas¹⁹. As frequências dos emissores cada vez mais potentes representavam uma importante arma propagandística que os regimes podiam ter à disposição.

Ao nível dos aparelhos recetores, Henrique Galvão identifica também um problema, considerando que os aparelhos disponíveis eram um produto dispendioso e inacessível a muitos portugueses. Em 1935, é referido que dos “seis milhões de habitantes que vivem na metrópole há, registados na Direcção dos Serviços Radioeléctricos 40.000 aparelhos receptores – isto é um aparelho por cada 150 habitantes – o que dá evidentemente, uma percentagem reduzidíssima (*Boletim da Emissora Nacional*, n.º 3, outubro de 1935). Henrique Galvão colocou em marcha o plano de produção de aparelhos recetores económicos, de 4 válvulas, produzidos pela RCA, com a marca Emissora Nacional. Segundo o *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 3 (outubro de 1935), a Emissora procurava a “distribuição pelas classes pobres de aparelhos T.S.F., a preços que põem a radiotelefonía ao alcance de muitos”. O aparelho destinava-se apenas aos funcionários públicos, sócios de um Sindicato Nacional ou Casa do Povo, custando cerca de 300\$00 (Santos, 2005, p. 157). No interior do país, a presença de aparelhos recetores, mesmo pelas mencionadas Casas do Povo mantém-se problemática durante os anos seguintes. Num inquérito promovido pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, em 1941, fica patente que das 149 de 310 Casas do Povo que responderam à solicitação, 69 se encontravam em localidades sem energia eléctrica, e de que apenas 14 dispunham de electricidade durante todo o dia (Valente, 1999, p. 97), revelando que durante a administração de Henrique Galvão ficou por resolver a questão da cobertura radiofónica e da massificação dos aparelhos recetores em todo o território nacional, em particular nas zonas mais remotas.

Outra linha de acção importante para Henrique Galvão, era a emissão para as colónias de Portugal e para as comunidades migrantes de portugueses na América e no Brasil, através da construção de um emissor de ondas curtas que reduzisse a “distância da mãe Pátria” (*Diário de Notícias*, 1 de agosto de 1935). No discurso de inauguração oficial da EN, na presença do Presidente da República, o General Óscar Carmona, Henrique Galvão referiu que:

Portugal tinha mais necessidade desse instrumento que muitos outros países europeus. Para além das suas fronteiras metropolitanas há um império descoberto, criado e organizado pelo génio português, cuja distância da mãe Pátria é indispensável encurtar por todos os meios. Em países estrangeiros – sobretudo no Brasil e na América do Norte – há colónias portuguesas de povoamento que vão encontrar na radiotelefonía o melhor – e porventura o único – meio de comunicação fácil com o seu País²⁰.

¹⁹ O decreto-lei 30.752, de 14 de Setembro de 1940 estabelecia, entre outros assuntos, um Plano de Radio-difusão Nacional que previa a expansão de emissores regionais, uma melhor cobertura nacional, resultando daí o aumento de potência com um novo emissor nacional de ondas médias de 50 kW, um emissor imperial de 40 kW, assim como os Emissores regionais de Coimbra e do Porto.

²⁰ *Diário de Notícias*, 1 de agosto de 1935.

Os princípios gerais de ação estava assim em linha com os desígnios pretendidos por Salazar, como expresso no seu discurso por ocasião da comemoração do *X Aniversário da Revolução Nacional*, a 28 de Maio de 1936:

Quando falo duma era de engrandecimento, tenho presentes no meu espírito três coisas: o natural desenvolvimento e expansão dos princípios que estão constitucionalmente assentes e nos hão-de dar [...] o mais intenso aproveitamento das possibilidades materiais da Metrópole e de todo o Império e a valorização da gente portuguesa onde se encontre, em terra nossa ou em país estrangeiro; por último, e como natural consequência destas conquistas, a afirmação cada vez mais clara, cada vez mais vinculada na sociedade internacional do nosso valor construtivo e da nossa acção civilizadora²¹.

O emissor de ondas curtas²², em funcionamento desde 1936, transmitia com regularidade para Angola, Moçambique, Europa, Brasil e Estados Unidos, com diferentes períodos de transmissão dependendo do destino da emissão. Segundo Henrique Galvão, o Emissor de Ondas Curtas chegava, em 1937, a milhões de portugueses espalhados pelo mundo, de onde tinham chegado “pelo correio e pelo telégrafo, um câro de corações comovidos e entusiasmados, saudando a voz de Portugal”. Refere a este propósito que “A voz de Portugal não se calará” e que “Portugal estará assim, com todos os portugueses onde todos os portugueses se encontrarem” (*Rádio Semanal*, 8 de maio de 1937).

Na Emissão para África, o noticiário era orientado para assuntos coloniais, ao passo que a propaganda turística em inglês marcava presença na transmissão para os Estados Unidos da América (Ribeiro, 2005). Para além destas especificidades, o restante tempo de emissão era preenchido por música de “concerto”, “ligeira” e fados e palestras que constituíam a base essencial da programação. Entrevistado para o periódico *Rádio Semanal*, Galvão afirmava, relativamente ao programa, que “o emissor funciona todos os dias em períodos que vão desde as 19 ou 20 horas até às 3. Haverá um período de três horas destinado às colónias portuguesas, um segundo de uma hora para a Europa, um terceiro de duas horas para o Brasil e o último de uma hora para a América do Norte (*Rádio Semanal*, 7 de novembro de 1936).

Este era para Henrique Galvão um “agente”, um meio de “aglutinação espiritual” que permitia através da emissão “o contacto diário, permanente, com o colono e o indígena, [ao dar] notícias numa língua conhecida e amiga, [mantendo] bem arreigado o sentimento pátrio, e emprest[ando]-lhes a consciência de alguém a velar por esses grandes pedaços de terra portuguesa que salpicam o Mundo” (*Rádio Semanal*, 19 de junho de 1937). Em 1937, a EN lançou o programa *Meia Hora de*

²¹ Salazar, 1945, p. 148.

²² Segundo o Anuário Radiofónico Português, de 1938: “A actual emissora de ondas curtas CSW, de desde há algum tempo funciona no edifício de Barcarena [...] é a sucessora da primeira CSW, descrita no Anuário Radiofónico Português para 1937” e funciona com a potência de 10 quilowatts- antena, ao passo que aquela trabalha apenas com 5 quilowatts. Não obstante se encontrar ainda em regime experimental, as suas emissões efectuam-se diariamente em dois períodos distintos: das 12 às 14 horas e das 18 às 2 da manhã.” (p. 42).

*Saudade*²³, um dos seus principais meios de acção neste sentido, um momento com forte componente emocional onde havia a leitura de cartas para familiares distantes, através da rádio. Por ocasião do 2.º aniversário do programa, Galvão referia:

Estava assim consagrada uma nova ligação sentimental entre esta Pátria de onde há 400 anos se parte para distâncias de Além-mar e êsse Além-mar onde os melhores portugueses trabalham por um Portugal maior. A distância foi encurtada. E esta Meia Hora da Saudade, fez em muitos corações esta obra maravilhosa: de um dia para o outro entenderam-se aqueles que na véspera, só ao cabo de semanas podiam comunicar²⁴.

Em suma, a rádio enquanto meio de “aglutinação espiritual” encontrava na estratégia de Galvão a ligação da metrópole ao império colonial e às comunidades migrantes, criando assim as condições tecnológicas para se ouvir a “voz de Portugal” através de programas que visavam a unidade cultural nacional (Hilmes, 2012, pp. 353-355).

A voz do líder e a propaganda política

Nos vários estudos sobre radiodifusão nos regimes ditatoriais, em particular sobre o contexto alemão, a voz do líder tornou-se um elemento sonoro distintivo, a par com o ruído das grandes celebrações nacionalistas do regime (Currid, 2006; Birdsall, 2012). No caso Português, após o início atribulado da Emissora Nacional, marcado pela discussão em torno do rumo político, artístico, financeiro e técnico que esta deveria tomar, há que olhar para as intervenções do líder transmitidas pela EN, bem como para algumas realizações propagandísticas coordenadas já sob a égide de Henrique Galvão. O modo como as mensagens propagandísticas e discursos dos líderes eram recebidos, neste período inicial da rádio, requer ainda um estudo aprofundado, porquanto existiam ainda problemas técnicos que condicionavam a boa receção da emissão, fora dos grandes centros urbanos existiam poucos aparelhos domésticos e, diga-se, a Emissora Nacional não era apreciada por toda a população, valendo-lhe o epíteto de “Maçadora Nacional” (*Os Ridículos*, 28 de novembro de 1934). Como denotará Henrique Galvão, a falta de popularidade da Emissora Nacional era tal que “Havia estabelecimentos em Lisboa munidos de aparelhos receptores onde estava afixada a seguinte indicação ‘É proibido ligar para a Emissora Nacional’” (ANTT/AOS/MOPC- Reposta de Henrique Galvão ao Sindicato Nacional dos Músicos, 20/09/1935).

Também os periódicos da época dão conta da dificuldade de integrar a dimensão política com a normalidade da emissão, em particular com a parte musical, na tentativa de dar voz aos valores do Estado Novo:

[...] o facto é o seguinte: pronunciam-se frases e conceitos doutrinários de Sua Ex.^a o Sr. Presidente do Conselho ou do Decálogo do Estado Novo, no meio dos trechos do programa musical, na altura mais despropositada e mais risível. Assim, por exemplo:

²³ Cf. Moura, 2014, pp. 140-146.

²⁴ *Rádio Nacional*, 30 de abril de 1939.

‘vamos transmitir um nocturno de Chopin’. Pausa. E quando deveríamos começar a ouvir as primeiras notas, surge uma voz estridente: ‘No Estado Novo não há direitos abstractos do homem...’ etc. Concordemos em que não se pode levar isto a sério!²⁵.

Como referido por Birdsall (2012), a escuta pretendida nem sempre era alcançada, mesmo quando se procuravam criar as condições que aproximassem as pessoas do líder. A Emissora Nacional transmitiu, desde 1934, os discursos e a voz do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, tornando-se este um meio importante na construção do seu perfil perante a nação. Segundo Gaspar, foram transmitidas perto de vinte palestras em direto, referindo ainda que a rádio se tornou “num veículo decisivo para a escalada e manutenção de Salazar no poder, impedindo-se, ao mesmo tempo, que outros a ele tivessem acesso” (Gaspar, 2001, p. 79)²⁶. Se no caso Alemão a voz exaltada do líder mediada através da rádio se tornou um símbolo da paisagem sonora Nazi (Currid, 2006, Birdsall, 2012), no caso português, a atitude contida do ditador, num volume sonoro baixo, em discursos elaborados e dirigidos “mais à elite do regime do que a um qualquer popular” (Gaspar, 2001, p. 81), contribuiriam claramente para a construção fundamental da sua retórica e do modo como procurava uma “estratégia de trabalhador ausente, mas a que todos adivinhavam a presença.” (Gaspar, 2001, p. 81), com um perfil “pouco sedutor”, mas que “conquistava” (Caetano, 1977, p. 41)²⁷.

Em 1934, é transmitido pela Emissora Nacional o discurso de Salazar a propósito da constituição das Câmaras na evolução Política Portuguesa. Nesse discurso, o ditador dá nota ao auditório, dessa “comunidade imaginada” que ouve as suas palavras: “Se não falha este aparelho que parece estremecer às menores vibrações da minha voz, eu estarei falando neste momento à maior assembleia que em Portugal alguma vez se congregou a escutar a palavra de alguém.” (*Diário de Lisboa*, 9 de dezembro de 1934). Para além da percepção de Salazar acerca desse auditório, é de referir a construção da experiência partilhada de escuta organizada e coordenada a nível distrital:

Às 15 horas em ponto, o locutor da estação anunciou que em todas as capitais de distrito se realizavam hoje sessões de propaganda eleitoral, cuja assistência teria ocasião de ouvir o chefe do governo, que ia falar imediatamente, durante 35 minutos, e pediu às pessoas que tivessem à escuta que não se manifestassem a fim de que a audição fosse perfeita²⁸.

²⁵ *Bandarra*, 20 de abril de 1935.

²⁶ Gaspar baseia-se nas conclusões de Fernando Castelo-Branco no seu texto “A radiodifusão dos discursos de Salazar como factor da sua ascensão política”, de Fernando Castelo-Branco, publicado em 1987 no âmbito das actas do colóquio “O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia”.

²⁷ A este propósito, refere Marcello Caetano: “Chegava a ocasião de dizê-los e aparecia perante o auditório um homem apagado, com o papel na mão, a ler numa voz timbrada mas pouco sedutora, sem atitudes tribunícias, sem um gesto... E o público, frio de início, começava a seguir as suas ideias, os seus raciocínios [...] era a lógica interna do discurso e a sua beleza formal que conquistavam as pessoas, prendiam as atenções e faziam deflagrar de repente os aplausos. Salazar ao romperem as palmas, calava-se, passeava o olhar serenamente pela assistência e retomava a seguir a leitura no mesmo tom” (1977, p. 41).

²⁸ *Diário de Lisboa*, 9 de dezembro de 1934.

Seguir-se-iam outros discursos relevantes, como o discurso radiodifundido a 10 de fevereiro de 1935, a propósito da reeleição presidencial do General Carmona, ou o discurso dirigido aos operários do Norte do país, reunidos no cortejo de Guimarães por ocasião do 1.º de maio, no qual apelava à unidade nacional dos trabalhadores. No mesmo ano, coincidentemente, também o poeta Fernando Pessoa se refere às intervenções de Salazar radiodifundidas na Emissora Nacional num poema intitulado “À Emissora Nacional”, referindo as transmissões “nas entrelinhas das danças” do que Salazar disse e “não disse”:

Para a gente se entreter
E não haver mais chatice
Queiram dar-nos o prazer
De umas vezes nos dizer
O que Salazar *não* disse.

Transmitem a toda a hora,
Nas entrelinhas das danças,
“Salazar disse” (Emissora)
E aí vem essa senhora
A Estada Nova com tranças.

Sim, talvez seja o melhor,
Porque estes homens do estado
Quando falam, é o pior,
E então quando são do teor
Do chatazar já citado!²⁹

A voz de Salazar, do líder, era mediada pela rádio como forma de consolidar o edifício do Estado Novo e de criar uma comunidade imaginada que partilhava não apenas esse líder, mas um conjunto de valores que se queriam inquestionáveis e que poderiam agora ser ouvidos em diferentes localizações geográficas, contribuindo assim para a desejada unidade nacional. Neste sentido, um dos discursos mais emblemáticos que a Emissora Nacional transmitiu nos anos 30, foi proferido a partir da varanda do quartel de infantaria n.º 8, nas celebrações do X Aniversário da Revolução Nacional:

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever. [...] Assim se assentaram os grandes pilares do edifício e se construiu a paz, a ordem, a união dos portugueses, o Estado forte, a autoridade prestigiada, a administração honesta, o revigoreamento da economia, o sentimento patriótico, a organização corporativa e o Império Colonial³⁰.

²⁹ Cit. em Barreto (2015, p. 202). Segundo o autor, “No original manuscrito, *chatazar* é variante de *Salazar*” (Barreto, p. 209).

³⁰ Salazar, 1945, p. 130 e p. 136.

Em linha com Salazar, Henrique Galvão procurará também organizar e transmitir através da rádio do estado momentos de exaltação da nação, da sua história, na construção de uma identidade coletiva possibilitada pela escuta simultânea. São vários os momentos celebrativos transmitidos e retransmitidos pela Emissora Nacional logo em 1935, como a celebração do 550.º aniversário da Batalha de Aljubarrota em 15 de agosto de 1935 com transmissão das ruínas do Convento do Carmo. Os eventos celebrativos do Estado Novo passariam também pela EN, como a celebração dos 10 anos da Revolução Nacional de 1926, até às importantes comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração em 1940, que constituíram uma demonstração inequívoca dos valores do Estado Novo. Seria a propósito deste último evento que Henrique Galvão foi dispensado da Emissora Nacional por falta de “confiança política”, após um incidente com Duarte Pacheco.

Rádio, música e a “paisagem do nosso povo”

A música nas emissões radiofónicas constituiu um elemento fundamental dos programas da rádio, fosse através da emissão de música gravada (p. ex.: fonogramas comerciais) ou através de concertos ao vivo transmitidos dos estúdios ou do exterior. No estudo realizado acerca das emissões da Emissora Nacional entre 1933 e 1937, Néelson Ribeiro refere que “Nos primeiros dez meses de emissão oficial, 58,3% da programação foi preenchida por música gravada, 24,8% por música executada ao vivo e 17% por espaços de palavra.” (Ribeiro, 2007, p. 184) o que evidencia a centralidade da música, na programação da EN³¹.

Durante o legado de Henrique Galvão, as estruturas musicais são vistas inicialmente como um elemento que, apesar de fundamental no seu aspeto cultural e recreativo, constituíam um forte peso no orçamento da Emissora Nacional. O corte na despesa, que impôs de modo perentório, não significava para o novo homem forte da EN um desinteresse pela parte musical. Para o decisor, mais do que manter a receita da administração anterior, tornava-se fundamental mudar a dinâmica da parte musical, dirigindo-a na direção daqueles que eram os valores do Estado Novo. A rádio do estado deveria entrar numa nova era que não desprezasse as “classes populares” e que, através de uma ação educativa, lhes oferecesse elementos de “cultura musical”. A proposta passava por conciliar os gostos revelando também aqui os elementos “da verdade e da ordem” do Estado Novo, possibilitando às “classes populares bons elementos de cultura musical [...] acudindo às naturais exigências das classes mais cultas, servindo em tudo a obra do Estado Novo que nos indica o caminho da verdade e da ordem” (*O Século*, 1 de agosto de 1935).

Mas nem todos estavam de acordo com o rumo que Galvão delineou, em particular os que foram exonerados dos seus cargos, como Ruy Coelho ou Ivo Cruz. A uma certa popularização das emissões, e em particular da música ligeira,

³¹ A propósito da atividade e práticas musicais no contexto da Emissora no período em apreço, ver Moreira 2012; Silva 2005 e 2010. A organização musical da Emissora Nacional entre 1933 e 1949 foi abordada na minha tese de doutoramento, focando as principais figuras (maestros, músicos, compositores e outras figuras ligadas à Secção Musical da EN), a constituição e atividade das múltiplas orquestras, as estruturas de apoio à composição musical, assim como os programas radiofónicos mais relevantes (Moreira, 2012).

Ivo Cruz, na qualidade de Presidente do Sindicato Nacional dos Músicos, redige uma carta a Salazar, na qual protestava veementemente as opções tomadas por Galvão.

A gente portuguesa, mesmo a de cultura mais primitiva, é sensível às manifestações de arte elevada. [...] Entendemos que se deve emitir música ligeira, mas que se não confunda folclore com revista, o essencial com o acessório. Aos organismos culturais não é lícito esquecer a alta missão que a arte tem nos movimentos de renovação nacional³².

Para Galvão, todavia, não havia nenhuma confusão entre “o essencial e o acessório”, mas uma realidade que Ivo Cruz parecia não considerar, e que se prendia com o facto da Emissora Nacional não ser a única rádio a difundir em Portugal e que o auditório, caso se aborresse com a presença da música erudita, bastaria mudar de frequência e procurar aquela de gostasse. Num relatório extenso enviado a Duarte Pacheco, Galvão esclarece:

Não contesto que a gente portuguesa, mesmo a de cultura mais primitiva seja sensível às manifestações de arte elevada. O que me parece é que não aceitará nem poderá aceitar programas exclusivamente eruditos cuja matéria esteja fora do alcance da sua sensibilidade e compreensão. E que menos os aceitará radiodifundidos tendo a possibilidade de deslocar o botão do seu aparelho e procurar nos postos emissores particulares a música ligeira de que gosta^{33 34}.

A difícil conciliação dos diversos géneros e estilos musicais e a oferta de programas e música mais populares para as camadas populares deveriam, segundo Galvão, ser compreendidas num âmbito mais lato que considerasse o “bom gosto”. Nas suas palavras, “Ninguém poderá interpretar a minha atitude, nestas circunstâncias, como atentória do bom gosto e do valor musical” (*Rádio Semanal*, 15 de julho de 1935). Galvão define na mesma entrevista o “bom gosto [como] base de uma cultura artística” inscrevendo-o no âmbito das aspirações de ordem e paz social que o corporativismo procurava implementar: “É esse bom gosto que é necessário estimular de harmonia com as características mais marcantes das camadas populares ainda que seja forçoso contrariar para educar! Olhe para a paisagem do nosso povo...” (*Rádio Semanal*, 15 de julho de 1935)³⁵.

³² Carta de Ivo Cruz a Salazar. ANTT/AOS/CO/OP-7, fl.119.

³³ Relatório de Henrique Galvão a Duarte Pacheco. ANTT/AOS/CO/OP-7 (7), fl. 135).

³⁴ Segundo o Artº. 7 do Decreto-Lei 22.783 de Junho de 1933 “As emissoras nacionais de radiodifusão serão exploradas diretamente pelo Estado ou por entidades particulares em regime de concessão”. O regime de exploração misto, ou seja, que possibilitava a iniciativa radiofónica privada – diferente do regime de monopólio estatal inglês, por exemplo. Das rádios privadas de maiores dimensões, encontramos o Rádio Clube Português, a Rádio Renascença, seguindo-se depois rádios mais pequenas (algumas com períodos de emissão reduzido), mas com níveis consideráveis de popularidade. Em Lisboa, destacam-se Rádio Sonora, Rádio Condes, Rádio Graça, Rádio Hertz, Rádio Luso, Rádio São Mamede; Rádio Peninsular, Clube Radiofónico de Portugal, Rádio Colonial; No porto: Invicta Rádio, ORSEC, Ideal Rádio, Rádio Porto, electro Mecânico e Casa Branco & Irmão (Anuário Radiofónico Português 1938).

³⁵ Este constituiu um dos principais desafios na definição de uma identidade para a Emissora Nacional. Conciliar os diferentes gostos e procurar “educar” as massas tornou-se uma linha muito relevante no

A ideia do “gosto” teria consequências ao nível de novos eventos especialmente encarregues de enquadrar as “camadas populares” numa perspetiva do seu “levantamento cultural”, lançando uma especial preocupação com as classes trabalhadoras. Um dos exemplos desta tendência foi o lançamento dos *Concertos Populares ao ar livre*, em 1937, organizados pela Emissora Nacional nos principais miradouros de Lisboa, localizados em bairros populares:

A Emissora Nacional tomou a iniciativa da realização de uma série de concertos nos miradouros públicos de Lisboa, com o fim de divulgar o gosto e o conhecimento da música elevada nas classes populares, além de lhes proporcionar alguns momentos agradáveis. Esses concertos efectuar-se-ão todos os sábados, enquanto o tempo o permitir³⁶.

Depois de um primeiro concerto realizado no miradouro da Graça com considerável acolhimento por parte do público, foi o 2.º concerto, no Jardim do Alto de Santa Catarina (a partir das 21h30) que mereceu maior destaque nos periódicos, revelando um programa musical que procurava ser acessível a todos e esboçado para responder à proposta de “bom gosto” referida por Galvão. Segundo o *Diário de Lisboa*, a parte musical consistiu no seguinte:

A Orquestra Portuguesa, dirigida pelo maestro Alberto Fernandes, dará cumprimento a um programa composto pela marcha “Marina”, de Cesar de Mendonça; abertura da “Cavalaria Ligeira”, de Suppé; “Dansa Persa”, de Guirard; “La Feria”, de Lavome; selecção da opereta “No, No Nanette”, de Youmans; “Ramaldeira”, de Luiz Boulton; “Quand je te vois ma petite”, fantasia sobre uma canção checa, de Frederico de Freitas; “Corridinho de Lagos”, de Cassio Tovar; e a marcha “Homenagem”, de António Pereira. O quarteto Vocal da Emissora toma parte neste concerto, com algumas canções interessantes.”³⁷

O 2.º *Concerto Popular ao Livre* seria também alvo de uma palestra proferida por Pires Cardoso aos microfones da EN, nos dias seguintes, procurando enquadrar a iniciativa na linha programática da Emissora Nacional e, por seu turno do corporativismo do Estado Novo:

Há que destacar sobretudo o seu aspecto cultural - o levantamento das condições espirituais das camadas populares- e, ao lado dele, o processo de facultar aos menos favorecidos pela sorte, um meio de distracção ao mesmo tempo saudável e educativo.”

período em que liderou a rádio estatal. Segundo Henrique Galvão: “Vivemos num país de cultura média muito abaixo da que deveria classificar a grande massa. Há de facto uma “elite” constituída por pessoas de bom gosto e entre estas, evidentemente, um número determinado de mais eruditas. É necessário levarmos em conta os interesses destes três grupos distintos, conjugando-os da melhor forma possível [...] dando a todos ampla satisfação [...] “De uma forma geral considero de momento satisfeitas as aspirações gerais atendendo a que: a Orquestra sinfónica da Emissora Nacional sob a batuta de Pedro de Freitas Branco servirá, amplamente, as exigências das nossas “elites” musicais; em género “ligeiro bom”, Frederico de Freitas e os seus músicos não nos deixarão ficar mal, entretendo em toda a linha os auditores; Lopes da Costa [maestro da orquestra ligeira], creio eu, já se popularizou” (*Boletim da Emissora Nacional* n.º 1, agosto de 1935).

³⁶ *Diário de Lisboa*, 25 de setembro de 1937.

³⁷ *Diário de Lisboa*, 25 de setembro de 1937.

Refere mais à frente que “o belo edifício corporativo [...] vai sendo construído [...] cimentado por um admirável espírito de justiça, servido por uma visão perfeita das realidades sociais³⁸.”

O enquadramento ideológico do programa é um assunto que Pires Cardoso evidencia na sua intervenção, argumentando não apenas o que considera essencial na relação com as classes trabalhadoras, mas focando também alguns dos valores portugueses de sempre (Rosas, 2001, p. 1037) definidos pelo regime:

O belo edifício corporativo [...] vai sendo construído [...] cimentado por um admirável espírito de justiça, servido por uma visão perfeita das realidades sociais [...] a preocupação dominante de encaminhar as classes trabalhadoras para o conhecimento perfeito e para a consciência plena dos seus deveres e dos seus direitos, como elementos preponderantes da Nação. Referindo ainda que se tratava de estimular o culto da pátria e da família, pela demonstração do seu valor e necessidade³⁹.

A preocupação com as “camadas populares” e, em particular com os operários, conduziria ao lançamento, no ano seguinte, de um programa quinzenal intitulado *Meia Hora de arte para operários* constituído por “[...] palestras de ligeira vulgarização de boas doutrinas e uma parte musical com execuções de canto e música, tendo por tema motivos portugueses e uma parte literária” (*Rádio Nacional*, 17 de fevereiro de 1938). Este programa radiodifundido, que seria precursor dos *Serões para trabalhadores*, procurava, tal como os *Concertos ao Ar Livre*, criar uma realidade sonora capaz de unificar a experiência simultânea de escuta dos trabalhadores que ouviam as emissões, combinando a parte musical com palavras introdutórias de “vulgarização de boas doutrinas.” Como referiria Henrique Galvão a propósito do referido programa:

Faltava preencher uma grande lacuna: organizar programas especiais para os operários e pagar a estes na medida dos nossos recursos a enorme dívida que qualquer país trabalhador e progressivo deve na ordem artística e cultural às suas massas operárias. O desencontro entre as classes operárias e as massas burguesas e aristocráticas só se verifica nos países em desordem ou decadência⁴⁰.

As emissões radiofónica e a presença da “rádio” ao vivo, junto da população, através de concertos ao ar livre ou iniciativas específicas para trabalhadores demonstram como na administração de Henrique Galvão se reuniram vários elementos programáticos que conjugavam, para além da sua aceção de “bom gosto”, os elementos ideológicos do Estado Novo com um momento musical politicamente enquadrado.

³⁸ *Rádio Nacional*, 3 de outubro de 1937.

³⁹ *Rádio Nacional*, 3 de outubro de 1937.

⁴⁰ *Rádio Nacional*, 27 de março de 1938.

Considerações finais

O presente capítulo procurou colocar em evidência diferentes questões associadas à construção sonora da Nação através da Emissora Nacional, durante a administração de Henrique Galvão (1935-1940). Na primeira secção, foi possível evidenciar que apesar da inauguração oficial ter ocorrido em Agosto de 1935, a Emissora Nacional emitia regularmente durante 1934 com sob a direção de António Joyce. Esse período, balizado entre 1934-1935, é fundamental para perceber as lutas políticas pelo controlo da EN, sobretudo as pretensões do SPN de António Ferro, e o porquê da escolha de Henrique Galvão. A sua tomada de posse coloca em marcha o plano de institucionalização dos valores e espírito do Estado Novo, entre rigor e ordem, virado para a exaltação da Nação e do Império, na Emissora Nacional. Nesse sentido, ficou também patente que o novo impulso de “ordem” afetou e acatou mudanças no investimento da estação na parte musical.

Por seu turno, a construção da “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) e da ilusão da nação enquanto entidade natural (Edensor, 2004) fica patente pela vontade de emitir para todo o Portugal e Império Colonial, projeto que, apesar de avançar, se depara com múltiplas dificuldades tecnológicas e negociações entre a AGCTT representada por Couto dos Santos, o Ministro das obras públicas e comunicações, Duarte Pacheco, e o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Todavia, não obstante as contingências referidas, é neste período que entre aparelhos a preços populares, emissões para as colónias e o lançamento de programas como a *Meia Hora de Saudade*, Galvão inicia um verdadeiro plano de “aglutinação espiritual” e construção sonora da Nação.

Essa construção passaria também pela radiodifusão da voz do líder, através dos seus discursos que, como vimos, funcionava nos termos opostos dos efusivos discursos de Hitler no contexto alemão (Birdsall, 2012; Currid, 2006), provocando inclusive reações menos favoráveis. No entanto, o efeito, como analisado por Gaspar (2001) marcava com grande intensidade a construção do perfil de Salazar através do microfone da EN, enquanto parte da construção do imaginário sonoro do Estado Novo. Apesar de menos aprofundado, os anos 30 seriam também ricos na transmissão de diversos eventos de carácter nacionalista centrais para a unificação identitária da nação.

É possível concluir que a construção sonora da Nação, ou modo como a nação encontrou a sua voz através da rádio (Hilmes, 2012), foi também alvo de orientações específicas para determinadas classes sociais, utilizando a música como pretexto para a criar momentos de inculcação do ideário do Estado Novo, em particular para as “camadas populares” e para os operários, integrando-os nos valores corporativistas, na visão nacionalista do Estado Novo e do seu papel na construção da Nação.

O tema em apreço, pela sua dimensão e possibilidades de análise multidisciplinar merecerá um aprofundamento da pesquisa e análise em futuros trabalhos, procurando o cruzamento com outras realidades radiofónicas no mesmo período, e contemplando outros elementos que permitam uma análise da receção em diferentes contextos e públicos na construção sonora da nação durante os primeiros anos do Estado Novo.

Referências bibliográficas

- AAVV. (1945). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia (atualização 1981).
- Anuário Radiofónico Português. (1938). Lisboa : Edições Rádio Semanal.
- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London : Verso.
- Barreto, J. (2015). A poesia política de Fernando Pessoa. *Abril - NEPA / UFF*, 7(14), pp. 189-209. doi: <https://doi.org/10.22409/abriluff.v7i14.29859>
- Birdsall, C. (2012). *Nazi Soundscapes: Sound, Technology and Urban Space in Germany, 1933-1945*. Amsterdam : Amsterdam University Press.
- Brissos, C. (2010). António Joyce. In Salwa Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX* (Vol. C-L pp. 664-665). Lisboa : Círculo de Leitores.
- Caetano, M. (1977). *As Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa : Editorial Verbo.
- Currid, B. (2006). *A national acoustics: music and mass publicity in Weimar and Nazi Germany*. Minneapolis; London : University of Minnesota Press.
- Domingos, N., & Pereira, V (Eds.). (2010). *O Estado Novo em Questão*. Lisboa : Edições 70.
- Edensor, T. (2004). *National identity, popular culture and everyday life*. Oxford : Berg.
- Farinha, L. (1996). Henrique Galvão. In Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Eds.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 378-379). Lisboa : Bertrand Editores.
- Gaspar, J. (2001). *Os Discursos e o Discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio Editora.
- Hilmes, M. (2012): Radio and the Imagined Community. In J. Sterne (Ed.). *The Sound Studies Reader* (pp. 551-362.) London : Routledge, pp. 551-362.
- McCann, B. (2004). *Hello, hello Brazil: popular music in the making of modern Brazil*. Durham, N.C. : Duke University Press.
- Moreira, P. (2012). 'Cantando espalharei por toda a parte': Programação, produção musical e o "aportuguesamento" da música ligeira na Emissora Nacional de Radiodifusão (1934-1949). Lisboa: FCSH/UNL (Tese de Doutoramento- Texto Policopiado).
- Moura, F. (2014). Contacto com a Origem: "A Hora da Saudade". *Media e Jornalismo*, V.13, N.1, pp. 135-152.
- Murelaga, J. (2010). Historia contextualizada de la radio española del franquismo (1940-1960). *Historia y Comunicación Social*, 14, pp. 367-386.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Lisboa : Quimera.
- _____. (2007). A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação e Cultura*, 3, pp. 175-199.
- Rodrigues, M & Pereira, S. (1996). Duarte Pacheco. In Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Eds.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 710-711). Lisboa : Bertrand Editores.
- Rosas, F. (2019). *Salazar e os Fascismos*. Lisboa : Tinta da China.
- _____. (2001). O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV (157), pp. 1031-1054.
- Salazar, A. O. (1945). *Discursos (1935-1937)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, R. (2003). A Emissora Nacional nos anos 30. Estética Radiofónica e "parte falada". *JJ- Jornalismo e jornalistas*, 15, pp. 52-65.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio (1924-1939)*. Lisboa : Caminho.
- Schafer, R. M. (1994/1977) *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world*. Rochester : VT Destiny Books.
- Silva, M.& Moreira, P. (2010). O essencial e o acessório: práticas e discursos sobre a música ligeira nos primeiros anos da Emissora Nacional de Radiodifusão (1933-1949). In Nuno Domingos e Vitor Pereira (Eds.), *O Estado Novo em Questão*. Lisboa : Edições 70.
- Silva M. (2005). "La musique a besoin d'une dictature": *Musique et politique dans les premières années de l'Etat Nouveau (1926-1945)*. Paris : Universidade de Paris VIII, (Tese de Doutoramento - Texto policopiado).
- Valente, J. (1999). *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa : Colibri.

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Arquivo Oliveira Salazar (AOS) - Presidência do Conselho (PC) - Correspondência Oficial (CO) - Obras Públicas (OP)
Arquivo documental RTP - Fundo Emissora Nacional
Museu das comunicações - Espólio Couto dos Santos
Hemeroteca Municipal de Lisboa

Publicações Periódicas

Bandarra
Boletim da Emissora Nacional
Boletim do Clube Filatélico de Portugal
Diário de Lisboa
Diário de Notícias
Rádio Semanal
Rádio Nacional
Ridículos (Os)